não é compatível com o ordenamento jurídico constitucional, porque é ofensiva à razoabilidade e à proporcionalidade a instituição de medidas que violem, de qualquer modo, a integridade do sujeito omissio, por exemplo, forçando-o fisicamente ao ato de ser vacinado, com o propósito de alcançar o fim buscado.

É máxima do Direito Romano que ninguém será coagido a prestar fato específico. Relacionado ao dever prestacional, ao âmbito do direito de obrigações, influenciou a ideia da viabilidade de indução psicológica, não física, ao cumprimento da obrigação, sendo o corpo do indivíduo sagrado e imune a constrangimento corporal. Há formas de ação que melhor se harmonizam com o estágio civilizatório atual, que haverão de nortear a regulamentação da diligência estatal”.

Cita a Lei de 1975, e diz que nela, exemplificativamente, se previu a apresentação de atestado de vacinação, comprovando a sujeição àquelas de caráter obrigatório como condição para o recebimento de salário-família.

Se os senhores resgatarem minhas manifestações nesta tribuna, lembrarão que eu venho sendo bastante crítica com o discurso de obrigatoriedade da vacina, e sustentando que o Estado, a depender da necessidade, em se tratando de vacinas já aprovadas, já regularizadas, poderia até adotar medidas de incentivo. Os senhores vão lembrar disso.

Pois bem, a Procuradoria prefere falar em obrigatoriedade. Porém, trabalha com essa obrigatoriedade justamente como sendo decorrência dessas medidas de incentivo. Eu estou aqui fazendo esse esclarecimento, porque a imprensa vem interpretando os pareceres da Procuradoria de forma, digamos assim, um tanto quanto afobada. E algumas autoridades, por desconhecimento jurídico, ou por má orientação, ou por politização, podem pegar esses pareceres para eventualmente corroborarem a ideia de vacinar as pessoas à força.

Então, foi muito importante o fato de a própria PGR, em seu site, ter deixado claro que ninguém vai ser vacinado à força e é importante dar publicidade para esse trecho do parecer exarado na ADI promovida pelo PTB.

Então, a Procuradoria está defendendo a obrigatoriedade da vacina? Sim. A Procuradoria está falando, inclusive, em uma potencial independência dos estados para decretar essa tal obrigatoriedade, desde que a vacina seja aprovada? Sim. Os pareceres são de natureza jurídica, têm muitas nuances. Porém, é essencial deixar muito claro que a própria Procuradoria asseverou que ninguém será vacinado à força.

Isso não está escrito no parecer, o que vou dizer agora, mas é decorrência lógica: nenhum cidadão poderá ser conduzido coercitivamente ao posto de saúde; nenhuma autoridade sanitária poderá pedir reforço policial para invadir a casa de alguém para aplicar uma vacina nesta pessoa. Então, esse esclarecimento é essencial. Muitas pessoas estão apavoradas com essa discussão e tudo o que não queremos, neste momento, é criar pânico. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sra. Deputada. Próximo deputado: deputado Giannazi, fará uso novamente da palavra? Então, V. Exa. tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, venho mais uma vez a esta tribuna exigir que o governador Doria revogue imediatamente o Decreto nº 65.021, que está confiscando os salários, os proventos dos aposentados e as pensões dos pensionistas e também confiscando a dignidade de todas essas pessoas que já contribuíram com o seu sistema previdenciário, com a sua Previdência.

Do dia para a noite, foram surpreendidas com o decreto em plena pandemia, prejudicando milhares de pessoas em todo o estado. Pessoas, sobretudo da terceira idade, pessoas já aposentadas. Pessoas que ganham um salário mínimo, dois salários mínimos, foram surpreendidas por esse confisco nos seus holerites, nos seus proventos e nas suas pensões.

Isso é um ataque sem precedentes aos nossos servidores aposentados e pensionistas. Nunca houve isso no estado de São Paulo. Talvez, nunca tenha havido algo semelhante em todo o Brasil. Nós sabemos que São Paulo é o grande laboratório das maldades contra os trabalhadores e contra, sobretudo, os servidores públicos. Tudo começa aqui em São Paulo.

Desde a primeira gestão do PSDB, em 1995, isso vem acontecendo, passando pelos vários governos, do Mário Covas, Alckmin, Serra, depois Alckmin novamente e agora Doria. Essa política de ódio contra os trabalhadores e trabalhadoras dos serviços públicos vem se acentuando e foi acentuada gravemente agora com o João “Pinóquio” Doria.

Então, Sr. Presidente, esse decreto tem que ser revogado imediatamente. É muito grave essa situação. E não é à toa que as pessoas aqui em São Paulo estão preocupadas, na Capital. Servidores me procuraram o tempo todo dizendo: “Giannazi, será que o Bruno Covas também vai fazer um Sampaprev 2 e também vai confiscar os nossos proventos, nós que já somos aposentados e aposentadas, nós que somos pensionistas?” E eu falo: “Olha, é bem capaz, porque está no DNA do PSDB”.

Ele tentou. Aquela reforma da Previdência, Sampaprev, tinha várias maldades, inclusive a capitalização que, depois, o próprio Paulo Guedes queria implantar em todo Brasil e não conseguiu porque houve resistência. E houve resistência aqui em São Paulo também.

Cem mil servidores foram à frente da Câmara Municipal e conseguiram derrotar, tirar, todas essas maldades do Sampaprev. Agora nós tememos que aqui em São Paulo haverá também o confisco dos proventos dos aposentados e dos pensionistas com a gestão do PSDB.

As pessoas estão apavoradas na cidade de São Paulo, por que essa tem sido, infelizmente, a prática dos governos tucanos em todo o Brasil, aqui em São Paulo, e foi assim também com o próprio Fernando Henrique Cardoso. Eu apresentei, Sr. Presidente, o PDL 22 para revogar, para anular, esse famigerado Decreto nº 65.021.

E peço, mais uma vez, o apoio de toda a Assembleia Legislativa, para que o projeto, o nosso PDL 22, seja aprovado em caráter de extrema urgência. Então, vamos continuar lutando, denunciando e cobrando a imediata revogação desse famigerado e criminoso Decreto nº 65.021.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. O próximo deputado é o Coronel Telhada, mas eu não farei uso da palavra. Deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Bem, ainda tratando da questão da vacina, que uma vez mais enfatizo, a Procuradoria-Geral da República defende ser obrigatória. Porém, deixa claro que essa obrigatoriedade não implica vacinar as pessoas à força.

Ainda tratando da vacina, eu queria fazer uma ponderação em torno de uma ideia que o governador vem defendendo, e que também muitas vezes é veiculada de maneira genérica, e é um tema técnico, um tema importante, que eu penso que poderia até ensejar uma discussão relevante, não só para São Paulo, como para o País.

O que o governador disse essas dias: que ainda que a Anvisa não aprove a vacina, no caso, a vacina que é objeto de parceria pelo Butantan, que se essa vacina for reconhecida em órgãos internacionais, ela poderá ser aplicada no estado de São Paulo. De novo, é uma questão técnica, sob o ponto de vista da saúde, sob o ponto de vista jurídico.

A leitura dos pareceres da PGR, de certa forma, abre uma pequena porta para essa interpretação do governador. Toda a legislação, em termos de medicamentos, no Brasil, é federal. A nossa Constituição dá para esta Casa poderes para legislar em termos de Saúde pública.

Eu tenho sido uma árdua defensora das prerrogativas desta Casa. Então, entendo que o Poder Legislativo estadual poderia debater esta questão. Uma iniciativa do Executivo isoladamente penso que seria bastante precária. Mas quero aqui trazer uma opinião que não se refere à vacina propriamente, mas que se refere a medicamentos em geral, e sobretudo a instrumentos cirúrgicos.

Eu tenho conversado com muitos médicos, alguns cirurgiões infantis, que têm tido muita dificuldade com a Anvisa, muita dificuldade na aprovação da utilização de instrumentos cirúrgicos para cirurgias muito importantes para a saúde dos seres humanos em geral, mas em especial das crianças.

E a Anvisa dificulta, ou demora, para dar as autorizações, as certificações, de medicamentos, de insumos, de equipamentos cirúrgicos, que já são autorizados nos Estados Unidos. Então quando o governador fala: “Se for autorizado no exterior, vai ser aplicado em São Paulo”.

Eu me preocupo. Exterior, onde? Qual agência? Não é assim. Agora, se estiver a falar da FDA, que é a “Food and Drug Administration”, que seria a Anvisa americana, aí a discussão fica diferente porque não existe nenhum tipo de questionamento sobre a qualidade, sobre a capacidade da FDA.

E eu tenho ouvido de médicos, desde o início do meu mandato, professores de Medicina das mais diversas áreas, que o fato de o Brasil exigir todo um trâmite na Anvisa e não aceitar de maneira imediata e até automática aqueles equipamentos e substâncias que já são autorizados pela FDA, esse fato está prejudicando a Pesquisa no País, está prejudicando a Saúde no País.

E eu já, há um bom tempo, tenho defendido - inclusive se eu fosse deputada federal teria apresentado um projeto nesse sentido - que para aqueles equipamentos e substâncias autorizados pela FDA, que é como se fosse a Anvisa americana, nós deveríamos dar uma autorização automática.

Com essa fala do governador, eu confesso que estou até pensando em apresentar um projeto dessa natureza aqui. Porque se o governador está entendendo que é competência estadual, se a PGR sinalizou que os estados têm competência - e eu entendo que isso seria um ganho muito grande para o País - pensei até em apresentar um projeto aqui. O duro é que vão dizer que a nossa lei não vincula a Anvisa, mas já fica a ideia para um colega federal apresentar um projeto com essa característica.

A discussão é polêmica. Infelizmente, ela está sendo travada num momento de profunda politização. Tem alguns pontos em que eu concordo com o presidente da República, outros pontos em que eu concordo com o governador, por isso sou atacada por todos os lados, mas eu não me importo.

O que interessa é que nós aproveitemos este momento para debater e aprimorar a Saúde, não só no que concerne ao enfrentamento da pandemia, mas também os outros males de que padecem os cidadãos brasileiros.

Então, se for possível estabelecer uma normativa, seja federal, seja estadual, que a aprovação da FDA implicará aprovação automática no território nacional, eu penso que seria um avanço sem precedentes, sem precedentes.

E eu fecho esta fala, Sr. Presidente, pedindo encarecidamente que a população siga tomando os cuidados para evitar o contágio pela Covid, seja evitar contagiar e ser contaminado também. Por quê? Porque eu já tenho lido que as autoridades estão sendo pressionadas pelas equipes técnicas a tomar medidas mais drásticas.

Todos sabem que no primeiro momento eu mesma defendi medidas drásticas, mas entendo que nós estamos num outro momento. Os médicos já estão mais conscientes de que é preciso fazer um tratamento precoce, de que o discurso inicial do “espere em casa” era equivocado.

O certo é o tratamento precoce e que isso vai nos dar mais condições de enfrentar - não vou dizer que seja uma segunda onda - mais essa elevação que se está constatando aí nos últimos dias.

Eu peço que todos tomem cuidado, porque quero de todas as maneiras evitar qualquer tipo de ideia de tomar medidas drásticas no sentido de fechar comércio, de fechar estabelecimentos, porque o País e também o estado de São Paulo, mesmo sendo um estado rico, não têm mais condições de vivenciar o que foi vivenciado no início da pandemia. Foi vivenciado porque foi uma necessidade, não discuto, mas nós estamos num outro momento.

Então, a população precisa colaborar para que não haja, vamos dizer assim, argumentos para essas medidas mais restritivas. É isso. No mais, bom final de semana a todos.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, eu peço a V. Exa. o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sra. Deputada. É regimental.

Portanto, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convocava V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Muito obrigado a todos. Um excelente final de semana.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 13 minutos.

30 DE NOVEMBRO DE 2020

102ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: CORONEL TELHADA e DOUGLAS GARCIA</p>
--

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Parabeniza os candidatos do PSOL pela campanha à Prefeitura de São Paulo. Tece críticas ao PSDB. Lamenta a vitória de Bruno Covas como prefeito de São Paulo. Alega que todas as propostas do candidato Guilherme Boulos eram realizáveis. Considera que Bruno Covas omitiu seu vice, Ricardo Nunes, durante a campanha. Informa que o mesmo seria suspeito de participar da “Máfia das Creches”.

3 - DOUGLAS GARCIA

Desaprova o pronunciamento do governador João Doria sobre a retomada da fase amarela da quarentena em São Paulo. Apresenta números do resultado do segundo turno da eleição municipal de São Paulo. Alega que o governador do Estado mentiu ao dizer que não endureceria as medidas de flexibilização por conta da Covid-19. Afirma que essas medidas irão prejudicar diversos setores da economia. Assegura que irá obstruir todos os projetos desta Casa, até que seja pautado o projeto de decreto legislativo que flexibiliza as medidas citadas.

4 - DOUGLAS GARCIA

Assume a Presidência.

5 - CORONEL TELHADA

Saúda as datas comemorativas de 28/11 e 30/11. Apresenta dados sobre a ação da Polícia Militar durante as eleições municipais no Estado. Lamenta a morte de policiais. Afirma que somente em 2020 foram mortos 50

policiais no Rio de Janeiro. Desaprova a retomada da fase amarela na quarentena em São Paulo.

6 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

7 - JANAINA PASCHOAL

Discorre sobre o debate a respeito da reforma administrativa desta Casa. Garante que estudará o projeto com cautela. Pede calma aos funcionários da Casa. Mostra apoio à população de São Carlos, vítima de enchente. Discorre sobre obra do VLT na Baixada Santista.

8 - GIL DINIZ

Comenta o resultado das eleições municipais de São Paulo. Defende a possibilidade de auditar o resultado das eleições. Lamenta que não possa haver candidaturas avulsas. Desaprova o processo eleitoral do País.

9 - CARLOS GIANNAZI

Comenta audiência pública, contra o fechamento de diversos turnos das escolas estaduais de São Paulo, a ser realizada em 04/12 às 17 horas. Alega que existe uma imposição autoritária do Programa de Ensino Integral nas escolas públicas do Estado. Declara que esse programa seria excludente. Desaprova o pronunciamento do governador João Doria sobre o retorno à fase amarela da quarentena somente após o segundo turno das eleições.

10 - DOUGLAS GARCIA

Desaprova ofício que prevê a transferência de policiais detidos no presídio Romão Gomes para presídios comuns. Comenta a transferência do policial Victor Cristilder Silva dos Santos, acusado de envolvimento em chacina ocorrida em Osasco, em 2015. Exibe vídeos do acusado alegando sua inocência. Defende a inculpabilidade do policial acusado.

11 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Presta apoio à fala do deputado Douglas Garcia.

12 - GIL DINIZ

Desaprova a “saindinha” de Natal, que ocorrerá a partir de 22/12. Combate o retorno à fase amarela da quarentena, imposta pelo governador João Doria. Exibe vídeo de pronunciamento do governador do Estado sobre o assunto. Afirma que apresentará um projeto de decreto legislativo, contrário às medidas impostas pelo governador.

13 - DOUGLAS GARCIA

Para comunicação, convida o deputado Gil Diniz para assomar na elaboração do projeto contra as medidas impostas no retorno da fase amarela da quarentena no Estado. Comenta que os policiais citados em seus discursos já teriam sido transferidos para presídios comuns.

14 - DOUGLAS GARCIA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

15 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 01/12, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Hoje, dia 30 de novembro de 2020, iniciamos o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Damaris Moura. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiramente eu gostaria de parabenizar a nossa chapa que disputou a eleição municipal aqui em São Paulo. Eu me refiro ao Guilherme Boulos e à Luiza Erundina. Nós tivemos um bom, um ótimo desempenho eleitoral, com mais de dois milhões de votos e uma vitória política importante na cidade de São Paulo.

Guilherme Boulos e Erundina conseguiram reencantar a política na cidade de São Paulo, catalisando vários setores progressistas, críticos e de esquerda da sociedade, artistas, intelectuais. A juventude militou bastante, se engajou de uma forma jamais vista em uma campanha eleitoral na cidade de São Paulo.

Foi uma campanha muito bonita. Nos últimos dias houve uma grande onda para fazer a virada, mas que não foi suficiente para uma vitória eleitoral contra o “Tucanistão” aqui, em São Paulo, que é muito poderoso, que tem toda uma blindagem da mídia comercial, de setores do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Assembleia, da Câmara Municipal. São Paulo faz uma blindagem do PSDB, uma blindagem histórica, que todos nós conhecemos.

Mas, Sr. Presidente, eu fiquei horrorizado com as avaliações feitas, pelos tucanos, logicamente, que a experiência venceu o radicalismo. Experiência do PSDB aqui em São Paulo é a experiência da farinata, de um governo que tentou oferecer farinata, razão, para os alunos da rede municipal. A experiência da farra dos pedágios. A experiência da máfia da merenda escolar. A experiência, Sr. Presidente, do aumento dos impostos, da extinção da CDHU, da Sucen, da redução dos orçamentos nas áreas sociais.

Essa é a experiência do PSDB aqui em São Paulo mesmo, a experiência do fechamento de salas de aulas na rede municipal, de brinquedotecas, de salas pedagógicas. A experiência da criação de salas fantasmas, de escolas fantasmas na área da Educação Infantil para tentar enganar o Ministério Público e o Tribunal de Justiça em relação à obrigação da prefeitura em atender a demanda na área da Educação Infantil.

Então, essa é a experiência do PSDB, que vai, infelizmente, continuar existindo na cidade e no estado de São Paulo. As nossas propostas eram todas factíveis de serem implantadas. Não tinha nada de radicalismo. Essa palavra radicalismo foi uma tentativa utilizada para desqualificar as propostas e o programa do PSOL, que foi construído coletivamente por vários setores, por intelectuais, por especialistas em cada área, Sr. Presidente.

Todas elas eram factíveis de serem cumpridas e poderiam ser realizadas no estado de São Paulo, porque nós dizíamos de onde viria o recurso, porque nós conhecemos o orçamento. Não tinha nenhum tipo de irresponsabilidade fiscal. Ao contrário, havia na nossa proposta responsabilidade fiscal, mas com responsabilidade social. Diferentemente do PSDB, que só sabe fazer ajuste fiscal contra o povo, terceirizações contra a população, privatizações e desmonte do patrimônio público.

Eu fiquei também chocado, Sr. Presidente, porque ontem, na hora do anúncio, do pronunciamento do Bruno Covas, ele foi extremamente covarde, porque ele escondeu o seu vice, Ricardo Nunes, durante toda a campanha. Porque o Ricardo Nunes é acusado, é investigado, inclusive, pelo Ministério Público Estadual em relação a essa máfia das creches e também tinha denúncia contra ele em relação à sua vida particular, envolvendo violência doméstica, em uma briga com a sua esposa.

O Bruno Covas escondeu o Ricardo Nunes o tempo todo durante a campanha e ontem, de forma covarde, ele apresentou

o Ricardo Nunes, abriu espaço e fez um elogio especial ao Ricardo Nunes.

Outro que apareceu, que estava sumido da campanha do PSDB, foi o Doria. O Doria desapareceu, porque ele tirava os votos do Bruno Covas. O Doria está totalmente queimado, desmoralizado na Capital e na Grande São Paulo, então ele foi escondido durante todo o tempo. Ontem, ele reapareceu e até fez o seu discurso.

O fato é que o PSOL saiu grande dessa campanha, saiu vitorioso. Guilherme Boulos se projeta, hoje, como uma das principais lideranças do campo de esquerda, do campo progressista da nossa sociedade. Ele elevou o PSOL para outro patamar e ajudou, também, a formar consciência política crítica na cidade de São Paulo.

E nos ajudou a fazer com que houvesse o crescimento da nossa bancada de vereadores na Câmara Municipal, de dois para seis vereadores e vereadoras. Então, para nós, essa é uma vitória importante, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. O próximo deputado é o deputado Maurici. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. Farei uso posteriormente da palavra. Deputado Douglas Garcia, V. Exa. tem o tempo regimental.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar a todos, Sr. Presidente, nobres deputados. Neste dia de desgraça para a população paulistana, não só a população paulistana, mas a população do estado de São Paulo e a brasileira como um todo, uma vez que a cidade de São Paulo, tudo que acontece aqui impacta no resto do Brasil também.

Nosso ilustre governador, que todo mundo sabe o que eu penso a respeito daquilo ali, usou mais uma vez o Palácio dos Bandeirantes para se promover. Não apenas para trazer a triste notícia de que iremos voltar à fase amarela, mas também para atacar seus desafetos políticos, como bem disse aqui o deputado Carlos Giannazi.

Chamou de extremistas da esquerda, extremistas à direita, como se ele não fosse um extremista, como se a retirada dos direitos fundamentais do povo promovida pelo PSDB não fosse o mais puro radicalismo. Como se soldar estabelecimentos comerciais fosse uma coisa comum. Como se arrastar os cidadãos que estão na praça pública pelo simples fato de eles quererem ter um momento de lazer fosse uma coisa comum.

Ele acha que tem moral para falar de extremismo. “Venho aqui...”, disse, “...contra o negacionismo, contra o obscurantismo”. Ora, o governador João Doria pouco se importa com a população do estado de São Paulo, tivesse essa preocupação em trazer o protocolo precoce de hidroxicloroquina para salvar vidas no estado de São Paulo. Diz que governa para todos agindo de maneira responsável, é mentira.

Não governa para todos, governa apenas para o seu grupo de amigos, principalmente aqui para o seu grupo de amigos da Lide, seu grupo de amigos chineses e agora principalmente para o seu grupo de amigos democratas nos Estados Unidos.

Porque só pode abrir escritório nos Estados Unidos da América se Joe Biden for considerado pela Justiça e sei lá mais pelo que como presidente oficial dos Estados Unidos da América, tratando do estado de São Paulo, a máquina pública, com a maior irresponsabilidade e imparcialidade que algum governador já subiu ao poder agindo dessa forma.

Disse ainda que a democracia deve ser respeitada e nós queremos distância dos extremistas; não existe, caro governador e Sr. Bruno Covas, o atual prefeito da cidade de São Paulo e, infelizmente, o próximo também, pessoa em sã consciência que queira estar próximo dos senhores.

São seres desprezíveis, nós queremos a maior distância possível do PSDB, seja no governo do estado, seja na prefeitura municipal, dizendo que democracia não se impõe, ela se conquista. Não conquistaram nada através do voto.

Nós tivemos aqui na cidade de São Paulo o Sr. Guilherme Boulos com 2 milhões, 168 mil e 109 votos; brancos, nulos e abstenções, 3 milhões 649 mil e 457 votos. Sabe o que é, senhores, somando essa população que faz parte do colégio eleitoral paulistano? Nós temos 5 milhões, 817 mil e 516 pessoas que não votaram no Sr. Bruno Covas. Isso aqui não é conquista nenhuma, não é conquista democrática.

A população da cidade de São Paulo sente repúdio do PSDB, sente repúdio dos tucanos, sente repulsa também da extrema esquerda, mas essas eleições nos mostraram que os senhores estão extremamente enfraquecidos, sim. Não têm moral, não têm poder e agora se mostraram verdadeiros mentirosos.

O governador do estado de São Paulo, pouco antes de termos agora essas eleições no segundo turno, havia publicado nas redes sociais dizendo: “Meu repúdio a mais uma fake news. Não vamos fechar o comércio ou endurecer as medidas de combate à pandemia após as eleições”. Ele disse que não endureceria as medidas de combate à pandemia após as eleições e o que aconteceu no dia de hoje?

Notificado por vários jornais e pelo próprio governador: “Quarentena recua para a fase amarela em São Paulo, anuncia Doria um dia após a eleição”. O Sr. Governador do estado de São Paulo João Doria mente na maior cara de pau. Não passa de um mentiroso, não passa de um esturme com relação àquelles que estão hoje no poder e têm autoridade para agir, têm autoridade para ajudar a população do estado de São Paulo.

Está hoje detendo este cargo como governador do estado de São Paulo mentindo, traindo a população paulista, cuspidno na cara dos policiais militares, cuspidno na cara dos servidores públicos, cuspidno na cara do cidadão paulista que acorda todo dia para ir trabalhar. Mente, mente e só mente.

Diz que conseguiria fazer com que a Polícia Militar tivesse o melhor salário do Brasil, mais outra mentira. Diz que cuida da vida do cidadão paulista, mais outra mentira. Diz que não iria endurecer as medidas com relação à pandemia no estado de São Paulo, mais outra mentira.

Aqui, olhe, tudo isso que foi trazido pela fase amarela agora tem prazo, de acordo com a própria CNN: 14 dias seguidos na fase amarela para termos os locais de bares, restaurantes e similares com consumo até as 22 horas; 28 dias consecutivos na fase amarela para termos eventos, convenções e atividades culturais.

Pergunto a todas aquelas pessoas que trabalham, a todas aquelas pessoas que dependem de eventos para sobreviver, a todas aquelas pessoas que trabalham em atividades conjuntas nas academias: irão sobreviver como? Irão viver como? Irão trazer sustento para suas casas como? O governador do estado de São Paulo é um irresponsável que está trazendo fome, miséria, pobreza, morte e destruição ao estado de São Paulo.

É por isso, Sr. Presidente, que para concluir eu quero aqui anunciar a todos os deputados que eu, na condição de vice-líder do PTB, nas vezes em que ocupar a liderança, irei obstruir todos os projetos da Assembleia de São Paulo enquanto não for pautado o decreto legislativo que iremos protocolar, que faz com que essas decisões trazidas pelo governador sejam mais flexíveis, que a população não venha a ser condenada, que a população não venha a ser prejudicada, que as pessoas consigam combater o coronavírus e ao mesmo tempo consigam trazer sustento para sua casa.

Portanto, senhores, eu anuncio, sim, que irei travar todos os projetos desta Casa enquanto esta Assembleia Legislativa não se dobrar às decisões ditatoriais que o governador do estado de São Paulo tem feito, e tenho dito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Próximo deputado, deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Pela lista suplementar, deputado Delegado Olim.